**Desculpe o Transtorno!**

**Operação Valoriza Regulação na ANEEL**

Desculpem-nos o transtorno! Mas, a culpa não é nossa.

Nesta nota, a Associação dos Servidores da ANEEL – ASEA explicará o que é a Operação Valoriza Regulação, como ela afeta a ANEEL e o Setor Elétrico, apresentando dados relevantes sobre a situação atual e as expectativas para a Agência e o setor. Importante destacar que esse documento foca no Setor Elétrico, porém o mesmo ocorre nos setores regulados por todas as 11 Agências Reguladoras Brasileiras, que estão unidas na Operação Valoriza Regulação!

A transformação do sistema elétrico é fato conhecido e amplamente discutido por todos os envolvidos no setor. Antigamente, o setor era composto por poucos geradores, transmissores, distribuidores e consumidores livres. Entretanto, a evolução tecnológica e regulatória ampliou esses números de forma exponencial, trazendo complexidade e volume aos temas debatidos, como pode ser observado das figuras e gráficos apresentados a seguir.

Diagrama

Descrição gerada automaticamente com confiança baixa

Aumento da Complexidade e Temas Discutidos

Gráfico, Histograma

Descrição gerada automaticamente

Ampliação da Rede de Transmissão

Gráfico

Descrição gerada automaticamente

Aumento dos Agentes de Transmissão

Aumento da Geração

Acréscimo de uma Micro e Minigeração Distribuída a cada 45 Segundos

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

Aumento de 10 vezes mais Acessantes à Rede Básica em 20 anos

Aumento de Reclamações na Ouvidoria

Os cenários e projeções futuras do setor elétrico indicam que esse aumento continuará ocorrendo.

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

Expansão da Transmissão até 2032

Gráfico, Gráfico de barras

Descrição gerada automaticamente

Requisitos de Energia e Potência até 2032

Todavia, essa expansão do setor regulado, não foi acompanhada da expansão do quadro de servidores da ANEEL, como pode ser observado do gráfico a seguir.

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

Quadro de Servidores (curva vermelha) Vs Evolução Setorial (demais curvas)

A Lei nº 10.871, de 2004, previa que a ANEEL tivesse 765 servidores, mas esse número nunca foi atingido e já se mostra insuficiente para a realidade atual do setor elétrico brasileiro e suas perspectivas de crescimento futuro. Atualmente, a Agência conta com um quadro de 559 servidores, o que representa uma defasagem de 27% em relação ao previsto por lei.

No Concurso Público Nacional Unificado (CNU), são oferecidas 1.100 vagas para cargos com planos de carreiras superiores aos da ANEEL, o que representa um risco potencial de ampliar a evasão de servidores da ANEEL e das demais Agências reguladoras.

Interface gráfica do usuário, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente com confiança média

Vagas Oferecidas para a ANEEL e outras carreiras Melhores no CNU

Essa constante evasão de servidores, resulta em perda de conhecimento técnico e sobrecarga para os servidores remanescentes, o que poderia ser evitado se o governo investisse no fortalecimento das carreiras da ANEEL, alinhando os vencimentos pagos a outras carreiras típicas de Estado, como as do Ciclo de Gestão, Banco Central e Receita Federal. O gráfico a seguir apresenta a posição da ANEEL em relação a outras carreiras típicas de Estado.

Gráfico, Gráfico de caixa estreita

Descrição gerada automaticamente

Posição dos Planos de Carreiras da ANEEL e de Outras Carreiras Típicas de Estado

As atribuições dos servidores das agências reguladoras são abrangentes e com nível de complexidade comparável às demais carreiras típicas de Estado. Portanto, por isonomia, a posição das carreiras do Ciclo de Regulação deveria ser igual ou superior a essas carreiras. O quadro a seguir apresenta uma comparação entre as atribuições das diversas carreiras.

Uma imagem contendo Linha do tempo

Descrição gerada automaticamente

Atribuições dos Servidores das Carreiras Típicas de Estado

Para 2024, estima-se que a arrecadação com Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE seja de R$ 1,22 bilhão. Todavia, o governo destinará apenas R$ 360 milhões para a ANEEL, sendo R$ 150 milhões para despesas discricionárias e R$ 210 milhões para custos de pessoal. Considerando que a ANEEL arrecada em torno de R$ 7 bilhões por ano, o custo operacional da Agência representa 5,1% disso, evidenciando a desproporcionalidade entre o valor investido na Agência e o montante arrecado por meio dela.

Interface gráfica do usuário

Descrição gerada automaticamente com confiança média

Arrecadação da ANEEL VS Orçamento da ANEEL

Nos últimos meses, especialmente após 8 de maio, quando foi deliberado o início da Operação Valoriza Regulação, os *stakeholders* setoriais e a sociedade brasileira passaram a perceber a condição precária da ANEEL.

Situações antes debatidas internamente agora são compartilhadas e recebidas com preocupação pelo setor regulado.

A adequação das demandas da agência à sua força de trabalho tem afetado diversas atividades que eram realizadas sob o sacrifício e exaustão dos servidores da ANEEL. Essa adequação já está acarretando cancelamentos e postergações de prazos de diversas atividades como, por exemplo, para:

* Realização de reuniões;
* Distribuição de royalties setoriais;
* Atualização de painéis PowerBi e divulgação de dados abertos da ANEEL e setoriais;
* Análises de pleitos e demandas setoriais como, por exemplo, resolução de situações de risco de corte de carga em regime normal de operação que afetariam usuários e consumidores do SIN, como grandes produtores agrícolas;
* Revisão e reajuste tarifário de agentes setoriais;
* Emissões de Declarações de Utilidade Pública – DUP;
* Atendimento a demandas vindas pela Lei de Acesso à Informação – LAI;
* Realização de seminários e workshops organizados pela agência;
* Deliberações da Diretoria; e
* Autorizações e outorgas de empreendimentos.

Adicionalmente, a manutenção desse cenário, sem perspectivas de solução junto ao governo, pode impactar outras atividades como, por exemplo:

* ⁠Regulamentação da MP 1212, de 2024, referente à prorrogação de subsídios para geradores;
* Regulamentação da MP 1232, de 2024, referente à distribuição de energia no Estado do Amazonas;
* Regulamentação do Decreto nº 12.068, de 202e, referente à renovação das concessões de distribuição;
* Realização de audiências e consultas públicas;
* Elaboração e implantação de sistemas de formulário de REIDI;
* ⁠Liberação do Plano Anual de Aplicação de Recursos PAR - PROCEL;
* Chamada Pública do Hidrogênio Verde;
* Sistemas e processos de georreferenciamento realizados na agência;
* Compensações financeiras na Distribuição; e
* Entrada em operação comercial de agentes setoriais.

Assim, atualmente, o contingenciamento orçamentário, a defasagem dos planos de carreira com relação aos planos das demais carreiras típicas de Estado e, a consequente evasão e redução dos quadros de servidores da ANEEL, não são novidades para o setor. Pelo contrário, esses assuntos têm sido debatidos com cada vez mais intensidade e frequência entre todos que atuam no setor elétrico.

Diante do exposto, a Operação Valoriza Regulação pode ser entendida como uma campanha realizada pelos servidores das agências reguladoras que traz luz à condição precária vivida por essas autarquias especiais e que tem o objetivo de sensibilizar o governo, agentes setoriais e toda sociedade brasileira quanto à necessidade de valorização e fortalecimento imediato do quadro de servidores dessas agências mediante o atendimento da pauta deliberada em assembleia do Sinagências.

O governo, ao reconhecer nosso valor e posicionar a remuneração das carreiras dos servidores da regulação federal junto às demais carreiras típicas de Estado, como as do Ciclo de Gestão, Banco Central e Receita Federal, evitará a intensificação da Operação Valoriza Regulação (ou uma eventual greve) e auxiliará a resolver a evasão do qualificado quadro desses servidores.

Na ANEEL, o custo anual dessa pauta, em torno de R$ 125 milhões, atualmente, já consegue ser coberto pelo montante de R$ 860 milhões que sobra do valor anual arrecadado pela TFSEE (R$ 1,22 bilhões) subtraído do custo anual operacional total da agência (R$ 360 milhões). Se além de atender esse pleito, o governo também recompusesse o quadro da agência, esse custo anual seria de R$ 170 milhões.

Além da pauta remuneratória, esperamos que a proposta também avance em outros pontos, como a reorganização das carreiras, atualização dos nomes dos cargos, transversalidade de atuação e a definição de requisito de acesso de nível superior para todos os cargos, a exemplo do que vem sendo conquistado por categorias de outros Poderes.

Por fim, pedimos e contamos com a sua colaboração para conscientizar todos a respeito da Operação Valoriza Regulação, principalmente, o governo nas instituições da Presidência, Senado, Parlamento, Casa Civil, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, Ministério da Fazenda - MF e Ministério de Minas e Energia - MME do executivo federal.

O Brasil agradece sua solidariedade.

ASEA.